

*Os arquivos nos Arquivos:
“Preservando” um(a) memória
nacional*

Fabi Jesus

Doutora em Linguística pela
Universidade Estadual de
Campinas. Consultora
acadêmica e revisora de
textos.

Resumo: O que aparentava ser apenas dificuldades técnicas de pesquisa dá a ver gestos políticos de silenciamento de parte da memória constitutiva da história deste país: neste artigo mostramos um percurso sobressaltado de percalços para acessar mídias impressas significativas que materializaram a primeira discussão sobre o lugar do “negro” no conjunto da sociedade nacional (o debate sobre a escravidão/abolição). Analisamos o funcionamento do *arquivo* em relação ao *Arquivo*: colocamos em relação determinado *campo de documentos pertinentes sobre uma questão* e instituições públicas que os (in)disponibilizam. Considerando que *todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e, através deles, de gestão da memória de uma sociedade*, interrogamos: como se dá a relação entre o real histórico e a prática da escrita que dá corpo à memória social institucionalizada pelo Estado?

Palavras-chave: Análise de discurso; escravidão/abolição; memória.

The files in the Archives: "Preserving" a national memory

Abstract: What appeared to be just technical difficulties research gives see political gesture of silencing the constitutive memory of the history of this country: In this article we show a startling journey of mishaps to access significant print media that materialized the first discussion on the place of “black people” in the whole of national society (the debate over slavery/abolition). We analyze the functioning of the file relative to the file: put in a certain relationship field relevant documents on an issue and public institutions that (in) offer. Whereas every file responds to institutional strategies of organization and storage of documents and archives, and through them, the memory

management of a company, question: how is the relationship between the real history and the practice of writing that embodies institutionalized social memory by the state?

Keywords: Discourse analysis; slavery/abolition; memory.

Introdução – O campo de documentos

Há inúmeros trabalhos que tomam o tema da escravidão como forma de pensar questões que ainda afetam processos identitários no Brasil; o período da escravidão é retomado com vistas à compreensão de formas atuais de sociabilidade. Gilberto Freyre (1979),¹ por exemplo, buscou representações sobre o “negro” nas páginas de jornais pernambucanos. Já Lilia Schwarcz (2001, p. 15) investiu na “importância da imprensa paulista de finais do século como fórum de debates centrais da época”.

Também pensamos a mídia impressa como um lugar importante para tratar destas questões. Na tese *As cores da nação* (JESUS, 2014), investimos nossas análises em artigos de jornais representativos de finais do século XIX e início do XX para compreender processos de subjetivação por silenciamento, em que sujeitos são despidos de sua historicidade e “vestidos” em pele escura. Mas não pudemos deixar de notar duas questões que costumam passar despercebidas, tal qual em Freyre (1979) e Schwarcz (2001):

De quem se diz?

O termo “africano” já é efeito de um apagamento: foram trazidos para o Brasil povos constituídos por diferentes histórias. E são todos reduzidos ao denominador comum: africano.

De onde se diz?

Em geral, assume-se o escravizado africano como força motriz das atividades econômicas de UM Brasil – desconsiderando, pois, as diferenças entre as regiões e, conseqüentemente, diferentes possibilidades de inscrição dos “africanos” na vida econômica, social e cultural das províncias em que foram instalados.

1 FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Considerando que *l'ensemble des conditions de production constitue le champ des déterminations des textes*² (o conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos), tomamos a província de São Paulo por conta dos efeitos de centralidade produzidos: há uma memória do dizer que a significa como “cérebro do país”; e buscamos uma outra província que: (i) mobilizou mão de obra escrava advinda de outra região da África; e (ii) apresentasse diferenças constitutivas significativas em relação a São Paulo. Com isto, confrontamos imaginários constituídos em relação ao “negro” para investigar: que sentidos são produzidos? As condições de produção seriam suficientemente diferentes para produzir sentidos distintos?

O segundo passo foi pesquisar regiões que tivessem uma imprensa constituída e significativa: o jornalismo é uma prática discursiva e, pois, prene de historicidade. Considerando que a Imprensa Régia foi instalada no Rio de Janeiro³ e depois em Salvador,⁴ seguimos esta pista para avaliar a imprensa baiana. No século XIX

enquanto a impressão régia manteve seu monopólio no Rio de Janeiro, qualquer outra publicação que circulasse em território brasileiro era apreendida pelas forças policiais. A única exceção seria a tipografia mantida – por autorização expressa de dom João VI – pelo negociante português Manuel Antonio da Silva Serva, em 1811, na cidade do Salvador.⁵

Mattoso (1982, p. 207) considera a imprensa baiana bastante desenvolvida no século XIX e aponta o *Diário da Bahia* e o *Jornal de Notícias* como grandes jornais da época.

Com isto, chegamos a mídias impressas importantes para tratar de nossas questões e, pois, recortamos nosso material de análise: *Diário da Bahia* e *Jornal de Notícias* (Bahia) e *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* (São Paulo).

³ O Rio de Janeiro não atendia nossos objetivos, uma vez que as diferenças entre esta província e a de São Paulo não eram tão significativas: ambas mobilizavam escravos bantos.

⁴ Verger fala sobre a recusa dos paulistanos aos nagôs, considerados revoltosos. Em Salvador, porém, os escravos seriam substancialmente de origem nagô. Cf. VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golf de Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris: Mouton & Co; École Pratique des Hautes Études, 1968.

⁵ DINIZ, José Péricles. *Uma breve trajetória da imprensa no Recôncavo da Bahia durante o século XIX*. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

O problema: neste artigo, tratamos do percurso sobressaltado de percalços para acessar jornais significativos na sociedade nacional escravocrata. Fizemos esta pesquisa em instituições públicas responsáveis por documentos históricos como estes: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia e Biblioteca Nacional.

Analisamos o funcionamento do *arquivo* em relação ao *Arquivo*: colocamos em relação determinado *campo de documentos pertinentes sobre uma questão*⁶ e instituições que os (in)disponibilizam (ocupando, inclusive um lugar de autoria: quando reproduzimos materiais obtidos nestas instituições, não basta citar a fonte do arquivo; é obrigatório atribuir os créditos ao Arquivo, sob risco de sofrer “penalidades previstas por lei”⁷).

Considerando que todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e, através deles, de gestão da memória de uma sociedade (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 97.), questiona-se: como se dá a relação entre o real histórico e a prática da escrita que dá corpo à memória social institucionalizada pelo Estado?

Como tratamos a questão

Os textos reclamam por gestos de interpretação, que são afetados pelos modos de construir (ler) o arquivo; podem fazer soar (ou não) as vozes agenciadas na multiplicidade de discursos. Como investigar os efeitos de sentidos do discurso textual, que *é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório* (Pêcheux, 2010, p. 50)?

Há um conflito que se arquiva na própria palavra *arquivo*. Derrida o discute logo no início de *Mal d'Archive*: do grego “arkhê”, designa tanto o *começo* quanto o *comando*. Há, pois, uma dupla designação que coordena dois princípios: *começo* (onde as coisas *começam*, seja a partir de causas físicas, históricas ou ontológicas) e *comando* (o princípio nomológico, o lugar no qual a *ordem* é instituída, lugar onde se inscreve a autoridade). A relação *lugar x autoridade* constitui o *arquivo*. Os textos documentais (que são aqueles

⁶ Conforme Pêcheux define a noção de *arquivo* (PÊCHEUX, 2010, p. 51).

⁷ As normas de reprodução de acervo estão disponíveis na internet: Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/home_servicos.php>; Arquivo Público do Estado da Bahia: <<http://www.fpc.ba.gov.br/normas-e-procedimentos-de-consulta/>>; Biblioteca Nacional: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/norma.pdf>>.

que se historicizam, isto é, tornam-se objetos de saber, nomeando, datando, selecionando objetos e fazendo determinados trajetos) significam os acontecimentos e, ao mesmo tempo, são afetados por eles ao serem constituídos e situados historicamente.

Pensamos a materialidade da língua na discursividade do arquivo para compreendermos processos de subjetivação que produzem determinados sentidos para “negro”. O que implica em refletir sobre o modo de entrada na leitura do arquivo e seus percursos. Segundo a proposta de Guilhaumou e Maldidier (2010, p. 162), *o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. A interpretação se realiza em meio à dispersão de documentos, constituídos em relação a uma temática.*

Nunes (2008, p. 91) propõe o percurso de arquivo, que é realizado em um ou mais arquivos na constituição do corpus de análise. Conforme o analista,

se os estudos baseados nessa concepção [percurso no arquivo] levaram a uma diversificação dos corpora, ao trabalho com “corpora abertos” e à análise do modo como um “tema” se apresenta em vários arquivos, eles não conduziram a uma análise mais detida do funcionamento de um ou outro arquivo.

Frente a essa questão propõe um percurso específico, construído em um arquivo, geralmente relacionado a determinada instituição. Com isto, ao invés de situar o tema e estudá-lo no arquivo – ou atravessando vários arquivos –, o olhar do analista se volta para o modo *como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso da história* (NUNES, 2008, p. 91). Assim, a unidade de análise é o texto documental, cujo discurso produzido sobre os objetos de arquivo é construído por mecanismos linguístico-discursivos que contribuem na constituição das *montagens temáticas*. Ao analisar o funcionamento do *arquivo* em relação a ele mesmo, é considerado o modo como os gestos de documentação montam temas que constituem um enunciado de arquivo.

Articulamos as duas noções: fizemos um *percurso de arquivo no arquivo*. Constituímos o *corpus* da pesquisa e, tal qual Maldidier e Guilhaumou (2010), pensaríamos a relação arquivo x memória. No entanto, lidamos com determinadas práticas documentais de/em instituições “públicas” que também davam a ver essa relação – e de um modo muito significativo: *se l’archivation produit autant qu’elle enregistre*

l'événement,⁸ o que parecia se tratar apenas de dificuldades técnicas de pesquisa dá a ver gestos políticos de silenciamento de parte da memória constitutiva da história deste país. Concordamos com Nunes (2008, p. 96): “Vemos no século XX a multiplicação das instituições e, com isso, das práticas de documentação”.

No entanto, ao pesquisarmos jornais representativos do século XIX que materializaram a primeira discussão sobre o lugar do “negro” na sociedade nacional (o debate sobre a escravidão/abolição), notamos que o arquivo constituído por estes textos documentais é cada vez mais reduzido.⁹

“Preservar” a memória: Como? Onde? Para quem?

Nosso propósito era o de analisar artigos recortados dos seguintes periódicos:

	Jornais	Período
	Diário da Bahia	1875-1893
BA	Jornal de Notícias	1883-1893
	Correio Paulistano	1875-1893
SP	A Província de São Paulo	1875- 1893

No quadro que segue, resumimos os pontos em que se fundam nossas análises:

⁸ O arquivamento tanto produz quanto registra um acontecimento (DERRIDA, 1995, p. 34).

⁹ Embora atualmente esforços venham sendo investidos para, inclusive, digitalizar e disponibilizar na internet alguns jornais, permaneceram durante séculos à mercê de fatores que os deterioraram (discutiremos este ponto adiante). Além disso, no caso dos jornais que consultamos, apenas os paulistanos estão disponíveis nesse suporte.

		Finalidade	Periódicos	Períodos disponíveis ¹⁰	Dificuldades
Arquivo Público do Estado de São Paulo	São Paulo	“O Arquivo Público do Estado, órgão da Secretaria da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo, é responsável pela custódia da documentação permanente ali depositada. É sua função preservar todo o material que está sob sua guarda, constituindo-se como um serviço público aos cidadãos e fomentando o acesso aos documentos que integram uma parte da memória da sociedade sob responsabilidade do Estado”. ¹¹	A Província de São Paulo	1874 – 1889*	- O prédio ficou em reforma durante três anos (2009/2012); funcionando em instalações provisórias, os recursos disponíveis nem sempre atendiam às necessidades de pesquisa.
			Correio Paulistano	Atualmente está digitalizado e disponível online ¹²	1874 – 1895 - Atualmente o catálogo do acervo está disponível online; quando de nossa pesquisa, era necessário consultar o impresso no local. - É permitido fotografar. Mas, no caso de microfilmes, a reprodução é insatisfatória. O serviço de digitalização deixou de ser oferecido em 2011.
Pública do Estado da	Bahia	“A Biblioteca Pública do Estado da Bahia, há 197 anos, vem cumprindo a função de democratizar o acesso ao conhecimento e às descobertas, tornando-se referência para as bibliotecas públicas espalhadas pelo vasto	Diário da Bahia	jan/dez 1876 jan/dez 1878 jan/dez 1888 jan/dez 1893	- O catálogo do acervo é impresso; assim, o pesquisador não tem como saber de antemão quais periódicos constam no acervo. - Os exemplares considerados deteriorados são

¹⁰ Os períodos assinalados com “*” estão em microfilme. O restante, em papel. Outra observação: nem todos os exemplares estavam disponíveis nos períodos mencionados. Por exemplo: dentre as publicações que circularam no 13 de maio de 1888, só existe a do Correio Paulistano.

¹¹ FAPESP. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

¹² SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

território baiano”.¹³

Jornal de	jan/dez 1888
Notícias	jan/dez 1893

marcados no catálogo com a sigla “SCU” (sem condições de uso). Quando de nossa pesquisa, grande parte do material necessário constava como disponível, mas frequentemente os funcionários voltavam do acervo de mãos vazias: o estado de deterioração do jornal impedia a consulta e alegavam que o catálogo estaria desatualizado.

- Mesmo os jornais considerados em condições para a consulta estão bastante mutilados. O extremo cuidado no manuseio é insuficiente para evitar danos ao que sobrou das páginas já tão desgastadas.

- Não dispõe de serviço de digitalização (é permitido fotografar).

¹³ BAHIA. Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon. Disponível em: <<http://www.bv2dejulho.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

Arquivo Público do Estado da Bahia	<p>“Os arquivos públicos são importantes para qualquer sociedade e para qualquer nação. No direito internacional relativo à sucessão de Estados, os arquivos são considerados como atributo essencial à soberania de um Estado e, por consequência, apresentam-se como instituições imprescritíveis e inalienáveis. É com esta visão que o governador do Estado da Bahia, dr. Manoel Victorino Pereira, em 16 de janeiro do ano de 1890, no alvorecer da instalação do regime republicano no Brasil criou por meio de Ato, o atual Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Tinha como <u>finalidade primeira</u> “[...] <u>recolherem-se, quanto antes, em certo e determinado lugar todos os papéis e documentos históricos, administrativos, judiciários e legislativos deste Estado</u>, disseminados nos diversos arquivos públicos das diferentes repartições [...]”. Desde então, o APEB passou a ser o ponto de referência, <u>o guardião do patrimônio documental da Bahia</u>. A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos das Nações Unidas (1966) e a Constituição Federal (1988) facultam a todo cidadão o direito a uma identidade e, por conseguinte, o <u>direito de acesso ao patrimônio documental</u>. A partir destas referências o APEB disponibiliza um conjunto de serviços, com o objetivo de apoiar: as decisões governamentais de caráter político-administrativo; o cidadão na defesa de seus direitos e à produção científica e cultural.¹⁴</p>	Diário da Bahia	19/12/1883	
			29/10/1884	
			27/10/1887	
			03/05/1888	
			26/05/1888	
			14/01/1892	- O catálogo do acervo também precisa ser consultado no local.
			29/01/1892	- O acervo é diminuto.
	06/02/1892	- Não é possível digitalizar os documentos, oferece apenas o serviço de impressão.		
		Jornal de Notícias	Indisponível	

¹⁴ BAHIA. Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon. Disponível em: <<http://www.fpc.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

“A finalidade precípua da Biblioteca Nacional é a de preservar a memória bibliográfica e documental do país. Sendo assim, a reprodução do acervo é permitida somente para fins de pesquisa, observadas as normas institucionais”.¹⁵

Diário da
Bahia

jan/set 1879

jul/dez 1880

jan/mar 1881

set/dez 1881

jan/jun 1882

out/dez 1882

abr/set 1883

jan/mar 1884

abr/jun 1885

abr/jun 1886

out/dez 1887

jan/dez 1889*

jan/mar 1890

jul/set 1890

jan/mar 1892

- O catálogo está disponível *online* e, ao fazer o levantamento dos artigos, constava o acervo praticamente completo do período que buscávamos. Ao solicitar os jornais, porém, muitas vezes os funcionários alegavam falta de condições de uso para recusar o acesso.¹⁶

- Não é permitido fotografar os documentos. Os custos dos serviços de reprodução são elevados e permitidos apenas para pesquisadores (é necessária uma autorização, mediante comprovação da pesquisa).

¹⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=61>. Acesso em: 23 out. 2014.

¹⁶ Atualmente toda a coleção do *Diário de Notícias* está “fora de consulta”. E faltam os jornais publicados em 1883/1886-1894. Quanto ao *Jornal de Notícias*, a situação é ainda mais lamentável: no catálogo *online* só consta a edição de 1892, e as notas informam que está “deteriorada” (Fundação Biblioteca Nacional. Catálogo disponível em: <<http://catrd.bn.br>>. Consulta em: 10 nov. 2014).

	out/dez 1887
	jan/dez 1888
	jul/set 1888
Jornal de Notícias	jan/dez 1889
	jan/dez 1890
	jan/dez 1891
	jan/dez 1890

Retomemos as finalidades enunciadas pelo Estado:

- (1) É sua função preservar todo o material que está sob sua guarda (Arquivo Público do Estado de São Paulo)
- (2) [...] o guardião do patrimônio documental da Bahia (Arquivo Público do Estado da Bahia)
- (3) A finalidade precípua da Biblioteca Nacional é a de preservar a memória bibliográfica e documental do país (Biblioteca Nacional)

Em (3), vemos a própria noção de *biblioteca* deslizar: o termo “biblioteca” convoca uma memória de saberes em circulação; ao ganhar uma inicial em maiúscula e juntar-se a Nacional, nomeia um lugar de memória específico em que “preservar” se sobrepõe ao sentido de biblioteca como lugar de circulação, de acesso a saberes institucionalizados – ela funciona como *arquivo*, como os *Arquivos Públicos*. Importa-nos pensar: o que é “preservar”? Ou: como são produzidos sentidos para este verbo que sintetiza as finalidades atribuídas a estas instituições? O que implica em perguntar: “preservar” como? Para quem? Que efeitos são produzidos?

O primeiro efeito que apontamos é o de legitimidade tanto dos documentos, quanto das instituições e de suas discursividades. Se, de toda a multiplicidade de coisas-a-saber produzidas, há um conjunto que cabe ao Estado “preservar”, eleva-se o *status* daqueles tomados como

- (1.1) “a documentação permanente ali depositada”
- (1.2) “o material que está sob sua guarda”
- (1.3) “os documentos que integram uma parte da memória da sociedade” (Arquivo Público do Estado de São Paulo)
- (2.1) “todos os papéis e documentos históricos, administrativos, judiciários e legislativos deste Estado”
- (2.2) “o patrimônio documental da Bahia”
(Arquivo Público do Estado da Bahia)
1. “a memória bibliográfica e documental do país”
(Biblioteca Nacional)

Há, pois, um duplo em que (i) não são quaisquer documentos, são aqueles pelos quais determinadas instituições se responsabilizam por recolher, guardar e preservar e (ii) não é em qualquer lugar que eles estão, é em determinadas instituições. Esse movimento discursivo circular instaura espaços de memória, redividindo-os, (re)produzindo injunções ao dizer (e ao “ler” os arquivos) e promovendo uma partilha entre os sujeitos que estariam (ou não) autorizados a percorrer determinadas trilhas do dizer.

O que nos leva a outros efeitos: completude, unidade e silenciamento. Com exceção dos enunciados (1.x),¹⁷ os movimentos de tradução-interpretação manifestados pela reescritura de “documentos” são regidos pela ideia de totalidade: “todos os papéis e documentos”, “o patrimônio documental da Bahia” / “a memória bibliográfica e documental”. Enunciando predominantemente no singular,¹⁸ unidade e totalidade se articulam, silenciando a possibilidade de outros documentos, outros saberes, outras formas de vir-a-saber (e o próprio gesto político de selecionar estes, recusando outros possíveis).¹⁹

E, no real dos sentidos, quais são estes documentos? Mais especificamente: pensando em jornais representativos que circularam em finais do século XIX, imprimindo em suas páginas um imaginário constituído em relação ao “negro”, que publicações dão corpo ao arquivo nos Arquivos? Como a relação entre “arquivo” e “público” se concretiza?

“Documentos que integram parte de uma memória da sociedade”

(Arquivo Público do Estado de São Paulo)

Embora a reforma do prédio tenha se estendido durante três anos – causando transtornos e, em algumas ocasiões, o impedimento à consulta dos acervos –, de um modo geral é nesta instituição que encontramos um acervo representativo e satisfatório

¹⁷ (1.3) é marcado por “uma parte de”. Não dá a ideia de temos-a-memória-toda, mas ainda tem o efeito de legitimidade da instituição.

¹⁸ Lembrando: o sintagma “todos os papéis e documentos” (que já dá a ver uma ilusão de totalidade) é reescrito por “o patrimônio documental”. Assim, se *o processo de reescrituração no texto faz com que algo do texto seja interpretado como algo diferente de si* (GUIMARÃES, 2005, p. 28), a reescrita se faz num movimento discursivo que vai fechando os sentidos: a (ilusão de) totalidade se articula com a (ilusão de) unidade.

¹⁹ Em relação aos jornais que consultamos, adiantamos os pontos que discutiremos adiante: não é qualquer saber que se historiciza, são determinados conhecimentos materializado na/pela escrita; também não é qualquer dizer, é o abolicionista (todos os artigos publicados manifestavam essa posição).

aos nossos propósitos de pesquisa: todo o período que consultamos estava microfilmado (evitando-se, pois, a destruição dos jornais causada por desgastes físicos); esforços vêm sendo investidos, inclusive, para disponibilizar *online* acervos digitalizados.²⁰ Aqui, o sentido de “preservar” (“É sua função preservar todo o material que está sob sua guarda”) contempla o próprio acervo, “o material que está sob sua guarda”. E dá a ver políticas de Estado que efetivamente vêm cumprindo com essa finalidade.²¹

O que também produz seus efeitos. Questionamos a posição de Schwarcz, ao investigar as representações do “negro” no século XIX: a antropóloga ressalta a “importância da imprensa paulista de finais do século como fórum de debates centrais da época” (1987, p. 15). Ao atribuir centralidade à imprensa paulistana, não estaria sob efeito da língua, afetada por uma memória que coloca o estado de São Paulo como o “cérebro do país”? Não estaria endossando a “naturalidade” de sua posição de destaque na sociedade nacional?

Pensamos que sim. E a falta de políticas de preservação de páginas não-paulistanas de nossa história, conforme discutimos adiante, em nada contribui para desnaturalizar esse posicionamento. Por exemplo: dos exemplares em circulação na data histórica de 13 de maio de 1888, só as do *Correio Paulistano* e *d’A Província de São Paulo*²² estão disponíveis; as dos jornais baianos que pesquisamos – *Diário da Bahia* e *Jornal de Notícias* – já não existem mais.

“Democratizar o acesso ao conhecimento e às descobertas”

(Biblioteca Pública do Estado da Bahia)

Deparamo-nos com a ausência de políticas de preservação dos jornais; como resultado, a maior parte dos exemplares não pôde ser consultado: estavam sem condições de uso.²³ Mesmo os que permaneciam em circulação estavam extremamente degradados. A orientação dada por funcionários foi a de tentar outras instituições, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (nova tentativa frustrada: os jornais que

²⁰ É o caso, por exemplo, do jornal *Correio Paulistano* (Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014).

²¹ Ainda que inscrita em falhas: entre o século XIX e o momento atual, há um tempo considerável para a implementação de medidas para a preservação dos “documentos que integram uma parte da memória da sociedade”.

²² Encontramos esta edição no acervo d’*O Estado de São Paulo* (que pode ser consultado mediante o pagamento da mensalidade estipulada pela empresa). Nas referidas instituições públicas, estas páginas já não estão mais disponíveis.

²³ Pesquisa realizada em dezembro de 2010.

compõem seus acervos são do século XX em diante), o Arquivo Público do Estado da Bahia e a Biblioteca Nacional.

“Todos os papéis e documentos” / “o patrimônio documental”

(Arquivo Público do Estado da Bahia)

Se o acervo reduzido da Biblioteca Pública do Estado da Bahia ocupou apenas cerca de duas semanas de trabalho de pesquisa, para a incursão no Arquivo Público do Estado da Bahia só foi necessário um dia: não havia nenhum exemplar do *Jornal de Notícias*; quanto ao *Diário da Bahia*, oito exemplares compunham o acervo. O que produz outros sentidos em relação aos movimentados por Jorge Calmon²⁴ em *A imprensa exige sua história*, publicado no *Observatório da Imprensa*²⁵ em 2005 (portanto, cinco anos antes de nossa consulta), do qual obtivemos o recorte abaixo (grifos nossos):

A relação dos jornais que se acham em Salvador está no livro da professora Kátia Maria de Carvalho Silva intitulado *O Diário da Bahia e o século XIX* (p. 25).

[...]

História concatenada

Eis os títulos, com as datas de fundação: Alabama (1863); A Bahia (1881); A Bahia Ilustrada (1868); Correio da Bahia (1871); Correio da Manhã (1888); Correio de Notícias (1834); Correio do Povo (1871); Diário da Bahia (1856); Diário de Notícias (1875); Diário do Povo (1883); Estado da Bahia (1890); O Faisca (1885); Gazeta da Bahia (1879); Gazeta Ilustrada (1882); Gazeta de Notícias (1894); Gazeta do Povo (1833); Gazeta da Tarde (1880); Gazeta Médica da Bahia (1886); Guaycurú (1879); Jornal da Bahia (1853); Jornal do Comércio (1876); Jornal de Notícias (1879); O Monitor (1876);

²⁴ Jorge Calmon (1915-2010) desempenhou várias atividades, dentre as quais: jornalista, deputado estadual (eleito pela UDN entre 1947 e 1951 e reeleito pelo PL entre 1951 e 1955), secretário do Interior e da Justiça, professor na UFBA e membro da Academia de Letras da Bahia (fonte: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=510>>). Seu nome está escrito em placas de ruas, escolas, biblioteca... E um busto em sua homenagem está na entrada da Academia de Letras da Bahia (16/12/2010; o vídeo da inauguração está disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=W-3Q1Z9uYfc>>).

²⁵ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imprensa_exige_sua_historia>.

Monitor Cathólico (1887); A Mutuca (1874); O Óculo Mágico (1865); O Pequeno Jornal (1889); República Federal (1883). 28 títulos, portanto. [...]

De posse da relação levantada pela citada pesquisadora [“Professora Lizir Arcanjo Alves, conhecida pesquisadora”; ela listou 289 publicações que “acham-se” na Biblioteca Nacional], a direção do Arquivo Público da Bahia, na gestão da professora Anna Amélia Vieira Nascimento, promoveu a microfilmagem dessas quase três centenas de publicações, que, assim, podem ser consultadas na sede do Arquivo, em Salvador.

Falta microfilmarm as coleções de jornais que circularam ou ainda circulam na capital baiana, existentes no mesmo Arquivo Público, Biblioteca Pública e Instituto Histórico da Bahia.

Jorge Calmon (filho de Pedro Calmon, que nomeia a fundação que, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, é responsável pelo “patrimônio documental”) lista os periódicos “que se acham em Salvador” (“28 títulos, portanto”); na sequência, cita um gesto de preservação (“a direção do Arquivo Público da Bahia [...] promoveu a microfilmagem dessas quase três centenas de publicações”) e prossegue num movimento discursivo que projeta uma latência de futuro (“falta microfilmarm...”).

O silêncio é o real do discurso, diz Orlandi (2007, p. 29), e é justamente nos dizeres aqui silenciados que habita aquilo que diz do arquivo: (i) ao dizer que “a relação dos jornais que se acham em Salvador está no livro...”, a perenidade dos periódicos é silenciada. Em “a relação dos jornais” impressa nas páginas do “livro”, nada é dito sobre as condições a que eles estão submetidos. Ou seja: “acham-se” não necessariamente coincide com “podem ser consultados” (e também silencia as condições materiais dos jornais: péssimas!). O “livro” é da Kátia Mattoso; o efeito de legitimidade, produzido pelo renome que a pesquisadora possui também contribui para reforçar esse efeito de congelamento: diz de quem diz, deixando de fora um inquietante “como”.

(ii) Em “a direção do Arquivo Público da Bahia, na gestão da professora Anna Amélia Vieira Nascimento, promoveu a microfilmagem dessas quase três centenas de publicações”, é silenciado o período a que se referem estas publicações. Quando de nossa pesquisa, havia edições do *Diário da Bahia* microfilmadas (oito, dentre o período de 1875 a 1893 em que o jornal circulou diariamente) e também do *Jornal de Notícias*

(nenhuma, porém, dentre o período que consultamos. Lembrando: 1883 a 1893). Também são silenciadas as condições dos jornais quando de sua microfilmagem (assim como a qualidade das imagens: os microfilmes, em geral, não têm qualidade suficiente para serem minimamente legíveis): sem um trabalho de restauração prévio, temos muitas páginas deterioradas, e várias outras estão tão destruídas que só se fazem notar pela sua ausência.

(iii) Pelo movimento discursivo deste texto em que (iii.1) transitam determinadas personalidades reconhecidas socialmente (e que, pelos efeitos produzidos, destacam-se ainda mais), (iii.2) é apontado o envolvimento do Estado em ações de preservação dos jornais e (iii.3) pelo próprio efeito de ser assinado por Jorge Calmon, o enunciado “falta microfilmarm” pode ser parafraseado como “será microfilmado”. Ou seja: funciona produzindo o sentido de algo que será feito no futuro, e não apenas mencionado como algo que ocorre no presente.

“A memória bibliográfica e documental do país”

(Biblioteca Nacional)

Incrustada entre paredes, pavimentos e discursos, a Biblioteca Nacional também impõe uma política de silêncio para além daquele que conhecemos como o exigido nas salas de consulta. Produzindo *um recorte entre o que se diz e o que não se diz* (ORLANDI, 2007, p. 73), entrecruzam-se normas, saberes arquivados e sujeitos que pulsam sob a inquietude dos sulcos que irrompem em seu movimento por trilhas de saber.

Por entre fissuras instaladas na espessura da memória convocada na/pela Biblioteca Nacional, retomamos um já-dito para atualizá-lo no intervalo preche de sentidos que movem sujeitos e saberes:

A finalidade precípua da Biblioteca Nacional é a de preservar a memória bibliográfica e documental do país. Sendo assim, a reprodução do acervo é permitida somente para fins de pesquisa, observadas as normas institucionais.

Determinadas discursividades instaladas no interdiscurso são apagadas ou silenciadas (aqui, é materializado um discurso autoritário que empurra para fora a polêmica, fazendo falar um sujeito exclusivo do discurso; esvazia o lugar enunciativo

do interlocutor, para que ele integre este discurso ao seu), encerrando o desmedido da história na fixidez dos textos que dariam corpo à memória assumida como sendo **do País**, autorizando (ou não) sua partilha (desigual), esquivando o Estado do estado em que (não) se encontra. Mostramos.

Desdobremos este enunciado em cadeia parafrástica:

Silêncios tagarelam o que as palavras calam

(i) De um lado, já-ditos são endossados pelo efeito de naturalidade (em outros termos, é como se dissesse: “é óbvio que todos sabem – ou deveriam saber – que é necessário “preservar a memória bibliográfica e documental do país”);

(ii) De outro, um espaço enunciativo que tão-somente pode ser ocupado pela instituição;

(iii) Produzindo um efeito de atemporalidade, a expressão “sendo assim” apaga as marcas de pré-construídos que sustentam o enunciado e une sintaticamente campos discursivos distintos, separados e assimétricos.

(iii) O uso do gerúndio (“sendo”) produz um efeito de retomada incessante do já-lá, a imagem de um presente é deslocada de outros já-ditos; o passado é desligado, neste gesto de (tentar) fazer durar o acaso do acontecimento. De um lado, é recortado do passado um memorável (o que diz “do país”); de outro, instaura-se uma latência de futuro; neste movimento, o dizer assume um caráter atemporal, contribuindo para validar o espaço enunciativo ocupado pela instituição.

(i) O “assim” (em “sendo assim”) marca o que não está em discussão, apagando a discursividade que as palavras materializam:



(i.1) “**a** memória” – “**UMA** memória”

Como já mostramos: enunciando no singular, unidade e totalidade se articulam, silenciando a possibilidade de outros documentos, outros saberes, outras formas de vir-a-saber (e o próprio gesto político de selecionar estes, recusando outros possíveis). Já discutimos determinados efeitos produzidos (apagamento, completude, unidade, congelamento...). Além disso, sublinhamos o fato de que nesta **memória do país** há pouco ou nenhum espaço para os impressos representativos da mídia baiana que fomos consultar. Lamentavelmente, as más condições dos jornais também se fazem notar na Biblioteca Nacional: conseguimos consultar uma parte considerável dentre o que pretendíamos; posteriormente, porém, praticamente todo o material foi retirado de circulação. Atualmente, resta muito pouco das páginas dos jornais *Diário da Bahia* e *Jornal de Notícias* que materializaram insistentemente dizeres do “negro” em discussões em torno da “abolição”.

(i.2) “bibliográfica e documental” – “escrita”

Especifica a natureza da **memória do país**, (i.2.1) o que afeta o direito de produzi-la: a inscrição em uma posição-sujeito de escrita constitui uma espécie de pré-requisito que delimita quem pode ou não ocupar espaços enunciativos que a constituem. Ao tomarmos, por exemplo, a discussão sobre escravidão/abolição, a voz daquele que foi chamado de **escravo** só poderia aparecer nessa memória em gestos de tradução-interpretação do letrado, seja ele...

... o **escravizador**, produzindo sentidos entrelaçados em sua historicidade,

... o próprio **escravo**, supondo uma série de “se” vencidos: *se* ele se alfabetizasse, *se* ele tivesse a oportunidade de se manifestar, *se* ele pudesse despertar a atenção para o que teria a dizer...

De um modo ou de outro, esta forma de ouvir-e-se-fazer-ser-ouvido passa necessariamente por uma subjetividade que é ocidental. E (i.2.2) destitui o poder de outras formas de dizer.

(i.3) “preservar” (“A finalidade precípua”) – “evitar danos”

(i.3.1) Não são “As finalidades”, é “A finalidade”.

“Evitar danos” ocupa um espaço que deveria ser dividido com “circular saberes”: não é a oportunidade de acessá-los que direcionaria os sentidos disso que se chama **biblioteca**? Se “evitar danos” desliza para “evitar o acesso”, não poderíamos deixar de expressar nossa curiosidade: “*preservar*” *para quê? Para quem? Como?*

(i.3.2) Não é “essencial”, “principal”, “fundamental” ou qualquer outra expressão que poderia ser considerada de “domínio público”. “A finalidade” é “precípua”.

Esta escolha lexical aponta a inscrição da instituição em um espaço de erudição (aquém de letrado, é também conhecedor de um vasto domínio lexical). Já separa, pois, os usuários em pelo menos dois espaços distintos: aqueles que lhe compartilham o significado ou têm condições de fazê-lo e os que são apartados, ficam do lado de fora ao se sentirem barrados pelo imponente dizer.

(ii) Os procedimentos (as regras que cabem à instituição “normatizar” e, aos usuários, “observar”) são bastante rígidos. Além das regras comumente exigidas em bibliotecas, várias autorizações são necessárias: percorre-se um labirinto de formulários, que devem ser preenchidos e assinados por diferentes funcionários.

Depois de conseguir o crachá de identificação, a chave do armário onde determinados pertences devem ficar acondicionados, permissão para usar computador móvel e passar pelos guardas que vão conferindo crachá-material-formulários:

(ii.1) Solicitação dos jornais: mesmo inexistindo regras expressas sobre comprovação de pesquisa para a consulta do acervo, diante dos formulários que solicitavam jornais do século XIX várias perguntas foram feitas pelos funcionários; de certo modo, a comprovação de pesquisa é requerida. Depois de explicações, insistências e do passar de uma mão a outra o formulário com nomes e códigos que vão guiar a busca dos periódicos, é preciso aguardar durante um tempo considerável (no nosso caso, cerca de uma hora e meia); por vezes, após longa espera, o funcionário retornava avisando que o jornal estava sem condições de uso.

(ii.2) Reprodução dos jornais: não é permitida a utilização de máquina fotográfica, mesmo sem *flash*, e os custos dos serviços de reprodução são bem onerosos. A Biblioteca Nacional oferece os serviços de microfilmagem e digitalização; o pedido é avaliado e demanda documentos que comprovem “fins de pesquisa”. Por que é preciso estar inscrito nesta posição para ser autorizada essa partilha da memória, que é “do país”? Ou: se é “do país”, por que só alguns podem ter acesso?

É aqui que (i) e (ii) se entrelaçam, fazendo silêncios gritarem a responsabilidade do Estado em relação a “preservar”: se “a memória bibliográfica e documental” está em um prédio público, se é “do país”, se está em um lugar de circulação de saberes socialmente produzidos, o sentido iria em direção de *preservar para* (preservar para o público, para o país, para o usuário da biblioteca...).

Não é o que acontece.

Por um lado, há rigorosas normas que regem cada passo por entre as paredes, pavimentos e discursos da instituição; cabe ao usuário “observá-las” – e ser “observado”

em cada passo pretendido. Por outro lado, há uma responsabilidade do Estado; e se esquiva dela, apontando os olhares para o usuário. A falta significa a materialidade do acervo, considerando os jornais que pesquisamos: falta de condições de uso, de páginas, de exemplares, de períodos representativos de registros de história. O estado crítico dos periódicos que ainda resistem denuncia a falta de políticas voltadas à manutenção do que é considerado como “a memória bibliográfica e documental do país”.

A ação de reproduzir é ressignificada:

... ao invés de *reproduzir* o acervo para *preservar a memória* (**o que permitiria incluir o acessar em suas finalidades**), seja digitalizando, microfilmando ou mobilizando quaisquer outros recursos que permitissem a manutenção de versões de História impressa,²⁶

... evita-se o gesto de *reproduzir* ao associá-lo com *danificar*, conjugando os-dois-verbos-em-um na figura do sujeito-usuário (**o que justificaria a exclusão do acessar em sua finalidade**).

É na falha do Estado que a completiva do verbo “preservar” desliza: o que deveria ser *preservar para* se constitui como *preservar de*. Preserva-se *do* público, *do* usuário, *do* país...

Enquanto isso, segue em curso a ação do tempo, dos ácaros; dos ascos.

Algumas (des)considerações

Se Derrida mostra o conflito instalado no *arquivo*, ao se constituir em/por instituições sociais, abre-se mais um espaço de disjunções em que políticas de Estado afetam a constituição, a formulação e a circulação de discursos. Há uma decalagem entre estas instâncias discursivas marcada (não só, mas também) pelas formas de acessar os objetos de saber que constituem os *arquivos* nos *Arquivos*. Estas instituições não só as normatizam, mas também fazem falar uma memória coletiva que divide os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever. O que nomeia as fachadas dos prédios (“Arquivo Público do Estado x”) vai se (re)significando em um processo em que o (A)arquivo se relaciona com o (P)úblico. E com o próprio conhecimento daquilo que faz *(d)o brasil, (o) Brasil*.

²⁶ Mesmo a parte do acervo que foi digitalizada e/ou microfilmada não passou incólume à deterioração: reproduz não só páginas de (determinados) jornais, mas a própria mutilação imposta pela demora em fazê-lo.

Referências bibliográficas

DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Galilée, 2011.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010 [1994].

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages*, Paris, Larousse, n. 11, set. 1968.

JESUS, Fabi. *As cores da nação: um estudo discursivo de artigos colocados em circulação pela mídia impressa sobre o "novo" lugar do "negro" no conjunto da sociedade nacional*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Être esclave au Brésil (XVI^e-XIX^e siècle)*. Paris: Hachette, 1979.

NUNES, José Horta. O discurso documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, ILCSE/Unesp, v. 52, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Faculdades Integradas de Uberaba, n. 10, 1984.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PECHEUX, Michel. Analyse du discours: langue et idéologie. *Langages*, Paris, Larousse, n. 37, 1975.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. J. H. Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, IEL, Unicamp, n. 19, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009 [1988].

_____. Ler o arquivo hoje. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010 [1994].

RODRÍGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. ORLANDI, Eni Puccinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1987].

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do *corpus* discursivo e sua descrição/interpretação. GUIMARÃES, Eduardo; BRUM DE PAULA, Mirian Rose (orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.